

Brasil



CRUIZEIRO MSC PREZIOSA

Homem que caiu no mar fez vídeos

Horas antes de desaparecer, Carlos Cavendish fez vídeos curtos no celular



JORNADAS DESIGUAIS

Meta de ensino integral para 2024 fica longe de ser cumprida e desequilíbrios regionais crescem

BRUNO ALFANO

bruno.alfano@oglobo.com.br

Para o ano que se inicia hoje, o Brasil havia estabelecido uma meta de ter em cada quatro estudantes no ensino integral, no entanto, apenas 15% dos alunos cumprem essa jornada atualmente — patamar muito distante dos 25% estipulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Além do desafio posto pela desigualdade regional, outro gargalo está na implementação de governos na hora de escolher as escolas que terão estudantes em dois turnos nas cidades.

Um levantamento do pesquisador Rodrigo Travitzki, doutor em educação pela USP, mostra que os colégios que tiveram um aumento da jornada escolar pelo Brasil atendem estudantes com maior nível socioeconômico. Isso significa que esses alunos, que já têm mais chances de aprender, acabam sendo beneficiados com mais tempo de aula. De acordo com a pesquisa, só a Paraíba conseguiu diminuir as desigualdades no ensino médio implementando o tempo integral nas escolas em que os alunos têm menores níveis socioeconômicos. No ensino fundamental, isso foi evitado em quatro estados (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe e Rio Grande do Norte).

No resto do país, as jornadas integrais mal implementadas fizeram crescer a diferença entre alunos das redes públicas. — Isso é resultado de uma implementação que é, no mínimo, descuidada. Já é sabido que há certa tendência de implementar o tempo integral em escolas com condições favoráveis, aquelas que já têm alguma infraestrutura, por exemplo — explica Travitzki.

Apesar de distante da meta e de problemas de implementação, o Brasil conseguiu avanços na área. O estado de Pernambuco, por exemplo, criou um modelo de escola de tempo integral para o ensino médio que é referência para outras redes e inspirou uma

corrida para a universalização do modelo, meta já estabelecida por estados como Piauí.

Com isso, o Nordeste é que mais se aproximou da meta do PNE: 18% de suas matrículas correspondem à carga com mais de sete horas de aula — o exigido pelo ensino integral —, enquanto o Sudeste tem apenas 6,2%, segundo dados do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento de Metas do PNE, com dados de 2021.

Neste ano, o presidente Lula sancionou o programa Escola em Tempo Integral, que já em 2023 transformou um milhão de vagas de tempo parcial para integral. A meta é chegar a 3,2 milhões em 2026, com investimento de R\$ 4 bilhões. Uma das regras para que estados e municípios recebam essa verba é justamente priorizar “as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica”.

“INVENÇÃO BRASILEIRA” É comum ouvir de especialistas em educação que o termo “escola de tempo integral” é uma invenção brasileira já que, em países mais desenvolvidos, esse volume de horas já é regra. A média da pesquisa OCDE é de quase 11 horas semanais só para matemática, língua nativa e língua estrangeira. Isso é mais do que a metade das 20 horas totais que as escolas de tempo parcial — que equivalem a 85% das matrículas públicas no Brasil — têm para todas as disciplinas.

Esse predomínio de escolas com cinco horas de aulas diárias leva, por exemplo, a questões como a reformulação do Novo Ensino Médio, cujo gargalo é justamente a carga horária: com mais tempo de aula, seria possível ampliar a formação geral básica (parte unificada do currículo) sem prejudicar o ensino técnico nem estrangular o tempo de aprofundamento curricular escolhido pelos estudantes.

Outro desafio tipicamente brasileiro — é que a implementação do ensino em tempo integral no país tem



Aprova. Alunos em sala: apenas 15% dos estudantes da rede pública no país cumprem a jornada de tempo integral

SITUAÇÃO DO ENSINO INTEGRAL NOS ESTADOS



mostrado — é com o aluno que, além de estudar, precisa trabalhar. Dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), divulgada no começo de dezembro pelo IBGE, mostram que 10% dos brasileiros de 15 a 17 anos lidam com essa dupla jornada.

Lucas da Silva Gomes, morador de Brasília, Zona Norte de São Paulo, estudava numa escola de 14h às 21h15m. Lá, os alunos têm um projeto de preparação para o Enem e precisam fazer um trabalho de conclusão de curso para a formatura. No entanto, a família precisou de ajuda, e o rapaz conseguiu, em novembro, um emprego num telemarketing. Para não parar de estudar, migrou para o ensino noturno, das 19h às 22h30m.

— O perfil dos outros alunos é muito diferente na escola noturna. É um negócio mais “vou focar no meu trabalho e depois eu penso nas aulas” — conta o jovem de 17 anos, que ambiciona chegar ao ensino superior. — Penso em fazer três cursos: publicidade e propaganda, moda ou relações internacionais. Mas tenho medo que, agora, não consiga me preparar para o Enem como poderia na antiga escola.

REDUÇÃO DE DEDANOS

Na última semana, o Congresso aprovou uma bolsa que deve girar em torno de R\$ 200 mensais para estudantes do ensino médio, com um bônus de R\$ 1 mil por ano. No entanto, mesmo a criação do projeto, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), afirma que ela não consegue competir com o mercado de trabalho.

— As evidências mostram que essa bolsa tem capacidade de reduzir o evasão no ensino médio em 30% e potencial até para aumentar a aprendizagem. Mas é uma ajuda de custo, para a compra de livros, alimentação e outros gastos. Tem toda uma teoria econômica em que se demonstra que esse valor é bem abaixo para competir com o mercado de trabalho. E nem é esse o objetivo — afirma a deputada.

ANTÔNIO GOIS

antonio.gois@oglobo.com.br

antonio.gois@oglobo.com.br

Planos para a educação

O ano que hoje se inicia terá no campo educacional uma agenda intensa, com desafios imediatos e de longo prazo. Até aqui, como é de costume em qualquer novo governo, o MEC utilizou bastante o argumento do cenário de terra arrasada herdada da gestão anterior para justificar certa lentidão nas ações. Ainda que seja em boa parte verdade

ra a desculpa, seu prazo de validade acabou, e o ministério terá que demonstrar mais firmeza e, principalmente, resultados.

Na penúltima semana de 2023, após tropeços na articulação, o MEC respirou aliviado ao conseguir um acordo no Congresso para adiar a votação do projeto que redefine as diretrizes para o ensino médio. Na prática, porém, isso significa que Camilo Santana começará o ano já sob forte pressão num tema em que, seja qual for o resultado, dificilmente escapará ileso.

Há ainda importantes decisões a serem tomadas sobre avaliações. Uma delas, o Enem, depende dos debates sobre o ensino médio. Mas é preciso também avançar numa nova proposta de Idex (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que seja mais sensível às desigualdades de resultados e de trajetórias dos estudantes, e de Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), hoje reconhecidamente um instrumento limitado de mensuração da qualidade.

Mesmo em projetos em que o governo saiu vitorioso no Congresso — como a apro-

vação do programa de escolas em tempo integral e da bolsa permanência no ensino médio —, há muito a ser feito para a boa implementação dessas políticas em 2024. A vantagem aqui é que elas podem trazer alguns resultados — mesmo que parciais — no curto prazo. Situação distinta, por exemplo, de outra ação de enorme relevância e prioridade para o Brasil: a alfabetização na idade certa, que demandará mais tempo até resultados robustos serem observados na ponta. Há também outra agenda importante no Legislativo, mas que pouco avançou até agora: a criação de um Sistema Nacional de Educação, que contribua para articular os esforços de todos os entes federativos no setor.

Por fim, em 2024 está prevista a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Desde a redemocratização, dois planos foram aprovados pelo Congresso. O pri-

meiro vigorou entre 2001 e 2011. Seu texto era confuso, com muitas metas de difícil mensuração. O segundo demorou três anos para ser aprovado, passando a valer de 2014 a 2024. A maioria de suas metas era mensurável, mas nem todas eram realistas. Na prática, o resultado foi também frustrante.

Pactuar um plano para a educação — de modo que municípios, Estados e União caminhem na mesma direção em suas políticas — é tarefa fundamental. No caso do PNE, porém, um desafio a ser enfrentando é que, por se tratar de uma Lei que apenas estabelece metas e estratégias, é tentador para os legisladores cederem à pressão de diferentes grupos envolvidos no debate, sem se preocuparem se cada uma das metas será mesmo alcançada dez anos depois. Isso abre margem para que tudo (ou quase tudo) caiba no texto final. Talvez, se conseguirmos dessa vez sermos mais concisos na definição das metas mais relevantes, teremos alguma chance de alcançar um PNE com objetivos ao mesmo tempo factíveis e ambiciosos. Não será simples.